

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UFPB,

Ref.: Tomada de Preços UFPB/PU/Nº 003/2013



IMA CONSTRUÇÕES LTDA., licitante habilitada no processo acima no referido processo, irresignada com a decisão que desclassificou a peticionante, vem a esta Comissão, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/1993, bem assim do item 12.1, do Edital do certame em epígrafe, **interpor RECURSO**, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

A empresa recorrente participa da Licitação, na modalidade Tomada de Preços UFPB/PU/Nº 003/2013, que tem por objeto a contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito dos Campi I a IV da UFPB.

Após a habilitação regular, a Recorrente foi surpreendida com a decisão abaixo:

Após analisadas as planilhas e demais documentos das **Empresas Habilitadas**, a CPL decidiu **DESCCLASSIFICAR** a empresa **IMA CONSTRUÇÕES LTDA.**, por ter apresentado em suas composições de preços, valores para Mão-de-Obra abaixo daqueles estabelecidos no Dissídio Coletivo da Categoria e, ainda, salário de profissionais não-qualificados em desconformidade com a Constituição Federal, em seu Art 7º, IV e VII, e Art 201º, §2º.

O julgamento das propostas foi publicado no D.O.U. de 02.01.2014:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I**

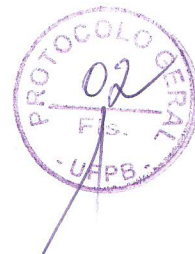
**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2013**

Foram vencedoras as empresas nos seus respectivos lotes: RN CONSTRUÇÕES LTDA - LOTES 01 E 02; JR ANDRADE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME - LOTE 03; Desertos - LOTES 04 E 05; CONSTRUTORA SIMETRIA LTDA - LOTE 06. Cópia da ata de julgamento disponível em www.prefeitura.ufpb.br/epl.

MARCOS ANTONIO CARNEIRO PEDROSA
Presidente da CPL

(SIDECA - 31/12/2013) 153065-15230-2013NE080010

É sabido que o Edital é a “Lei do Certame”, e como tal deve ser aplicado e seguido de forma justa e equânime, para todos os participantes da licitação.



Com efeito, se houve algum erro de aritmética ou mesmo de elaboração na planilha apresentada pela Recorrente, também houve erro nos das demais licitantes, fato que sequer foi revelado pela Comissão.

Tomemos como exemplo a Planilha referente à “Reforma do Laboratório de Biofísica e Genética – CCEN – Campus I”

- A empresa RN Construções LTDA, no item 1.0 – Serviços Preliminares, traz o seguinte:

1.1 Placa de obra em chapa de aço galvanizado

Preço Unitário sem BDI: R\$ 155,82

Preço Unitário com BDI: R\$ 199,09

- A planilha fornecida em anexo ao Edital, tomada como parâmetro para a apresentação das propostas traz o seguinte:

1.1 Placa de obra em chapa de aço galvanizado

Preço Unitário sem BDI: R\$ 155,82

Preço Unitário com BDI: R\$ 199,36

Ora, se de fato houve algum cálculo que permitiu que a RN Construções chegasse aos valores apresentados em sua planilha, ambos os valores – com BDI e sem BDI – deveriam ser diferentes daqueles da planilha-base, anexa ao edital. O que se percebe claramente é que um item foi mantido igual ao da planilha-base, enquanto provavelmente um valor aleatório foi atribuído ao outro item.

Já a Construtora Simetria, apresentou planilha com valores acima dos consignados na planilha-base, como é o caso da Planilha referente à “Reforma do Prédio da Faculdade de Direito”, onde tem-se o seguinte:

Item 1.1 – Engenheiro ou arquiteto/pleno – de obra

Preço Unitário sem BDI: R\$ 93,66

Preço Unitário com BDI: R\$ 115,20

- A planilha fornecida em anexo ao Edital, tomada como parâmetro para a apresentação das propostas traz o seguinte:

Item 1.1 – Engenheiro ou arquiteto/pleno – de obra

Preço Unitário sem BDI: R\$ 90,26

Preço Unitário com BDI: R\$ 115,48

A situação se repete em outros itens da mesma planilha, a exemplo dos itens 1.2, 2.1, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 3.1.

Já a Planilha referente ao “Redimensionamento do estacionamento do CCEN”, apresentada pela RN Construções, também apresenta divergências, como por exemplo:

Item 1.5 – Engenheiro ou arquiteto auxiliar/Junior – de obra

Preço Unitário sem BDI: R\$ 49,08

Preço Unitário com BDI: R\$ 62,79



- A planilha fornecida em anexo ao Edital, tomada como parâmetro para a apresentação das propostas traz o seguinte:

Item 1.1 – Engenheiro ou arquiteto/pleno – de obra

Preço Unitário sem BDI: R\$ 49,08

Preço Unitário com BDI: R\$ 62,71

As mesmas discrepâncias ocorrem nos itens 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 4.1, 4.2, 4.3 da referida planilha.

O que se vê é que houve tratamento mais rigoroso e diferenciado apenas com a Recorrente, eis que a Comissão sequer pronunciou-se acerca dos fatos aqui alegados, como se não tivesse mesmo percebido a ocorrência deles.

Em suma, para ser justa a Comissão, ou desclassificaria as três empresas, ou aplicaria o disposto nos itens 9.6 e 9.7 do Edital, para todas as três, fazendo o ajuste das planilhas, na forma descrita nesses dispositivos acima citados.

Ao invés disso, a Comissão apenas desclassificou a Recorrente, e manteve no certame, mesmo com os erros aqui apontados, demais concorrentes.

In Fine

A Recorrente interpõe, portanto, o presente Recurso, a fim de fazer valer o seu direito e, principalmente, as disposições e princípios que regem o direito administrativo e as licitações, não descartando medidas judiciais que visem a declaração de nulidade do certame licitatório, tendo em vista os fatos aqui narrados.

Isto posto, requer:

a) O recebimento e provimento do presente Recurso, para ANULAR o processo licitatório, tendo em vista o fato de que, aplicando-se à risca as normas do Edital, todas as licitantes deveriam ser desclassificadas;

Não sendo este o entendimento da autoridade julgadora, requer:

b) Que sejam seguidos os comandos dos itens 9.6 e 9.7 do Edital, devendo haver os ajustes nas planilhas de todos os licitantes, a fim de que possa ser anulado o julgamento das propostas, e que haja um novo julgamento, desta feita com as planilhas retificadas;



Pede deferimento

João Pessoa, 07 de janeiro de 2014.


Dijane Silva dos Santos
Representante da Empresa Recorrente